



MARIA LEÔNIA
CHAVES DE RESENDE

Sertão mineiro loteado à força

Os índios eram inimigos na luta pelo território do ouro

AS ENTRADAS PARA OS SERTÕES de Minas foram movidas por um tripé de interesses: o ouro e as pedras preciosas e, por extensão, a terra (para o plantio de roças e controle sobre passagens e rotas comerciais) e os índios (mão-de-obra para a lavra mineral, agrícola, ou como trabalhadores domésticos). Com esse objetivo, numerosas expedições militares foram organizadas para avançar pelo interior, cunhando várias designações: bandeiras, entradas, conquistas, descobrimentos, jornadas, partidas, companhias ou campanhas – todos termos que, tomados uns pelos outros e combinando vários objetivos, tiveram o propósito principal de estender o domínio da Coroa portuguesa sobre o território e conquistar a população nativa.

As bandeiras se tornaram particularmente intensas durante a segunda metade do século XVIII, nas florestas do leste da capitania, um enclave entre Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, período em que pelo menos 79 expedições atravessaram a região, transformando a área em um cenário de operações militares.

A situação econômica de Minas era fonte de preocupação por causa da queda do ouro e dos

quintos reais. E os territórios férteis ocupados pelas populações indígenas nômades transformaram-se em esperança para reverter a situação de penúria. Não sem razão, encontramos inúmeras referências aos índios como barreira natural ao desenvolvimento de Minas. Documentos da época carregaram nas tintas de horror sobre a índole dos indígenas, descritos como perigosos, traidores e canibais.

A partir dos anos 1760, os governadores avançaram por “terras incógnitas ou proibidas”, como os mapas da época chamavam o vale do Rio Doce, onde até então a Coroa havia proibido o acesso para tentar controlar o contrabando do ouro. A região passou a ser a chave para salvar a capitania do declínio econômico. Para compensar o empreendimento, a Coroa concedia um lote de terras (sesmaria) como recompensa para aqueles que se arriscassem na aventura. Entre 1701 e 1836 foram concedidas 7.991 cartas de sesmaria, ou seja, um verdadeiro loteamento das terras nativas.

Essas terras fizeram a riqueza de muitos bandeirantes. Um bom exemplo foi Inácio Correia Pamplona, que chegou a receber oito porções de terra totalizando 104 mil hectares. As batalhas que liderou para a conquista das terras dos caiapós foram das mais sangrentas já registradas.

Não demorou para que, distorcendo a realidade, os índios fossem tachados de “invasores”, o que justificou mais atos de violência. Agiam, na verdade, em defesa própria, reagindo à ocupação de suas terras. Os povos nativos – Coroados, Puri, Botocudo, Kamakã, Pataxó, Panhame, Maxakali, entre outros – encontraram-se, no fim, em minoria de armas e homens, atacados por doenças e reduzidos a uma pequena área geográfica.

Os colonos queixavam-se das “invasões dos índios bárbaros”. Apelavam por medidas rigorosas. Em 1806, o governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, em um discurso inflamado em Vila Rica, institucionalizou de uma vez por todas a solução militar contra as populações indígenas. Na virada do século, a decisão acenava para um desfecho pungente e cruel. O príncipe regente D. João, recém-chegado ao Brasil, expediu a Carta Régia de 13 de maio de 1808. Nela, declarava oficialmente a guerra contra os botocudos. **H**

MARIA LEÔNIA CHAVES DE RESENDE É PROFESSORA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, E AUTORA DA TESE “GENTIOS BRASÍLICOS: ÍNDIOS COLONIAIS EM MINAS GERAIS SETECENTISTA” (UNICAMP, 2002).

Detalhe da tela “O ciclo da caça ao índio”, de Henrique Bernadelli, 1923. Em Minas, o declínio da produção de ouro atendeu a cobiça pelas terras indígenas.

